

A árdua tarefa de um assessor legislativo

10 ABR 1978

Iara Alencar

O funcionário ou profissional solicitado para redigir um discurso enaltecendo a revolução de março de 1964 pode ser o mesmo que se verá na tarefa de criticar o golpe que guindou ao poder os militares; de elogiar a administração do prefeito de São José da Lagoa Tapada, na Paraíba, ou até mesmo de dissertar sobre a ovulação da tartaruga e condenar a caça predatória. Pode, ainda, ser aquele que, obrigado a elaborar um parecer favorável ao projeto de lei do Executivo que altera a política salarial, se vê na contingência de se utilizar dos mesmos argumentos para rejeitar a proposição governista.

Esté é, em síntese, o trabalho desenvolvido no Congresso pelos 75 assessores legislativos da Câmara, cerca de 100 assessores do Senado, sendo menos de 30 efetivos, e centenas de profissionais credenciados junto ao Instituto de Pesquisa, Estudo e Assessoria do Congresso (Ipeac) para «auxiliar» os parlamentares na tarefa de elaborar discursos, pareceres, projetos de lei, pesquisas em áreas do seu interesse, dentre outros encargos inerentes ao exercício do mandato legislativo.

Os assessores reclamam que estão submetidos a um verdadeiro teste diário de «generalidades», só recompensado, em parte, pelos salários que percebem: um ordenado mensal em torno de Cr\$ 700 mil, para os assessores legislativos da Câmara e do Senado.

Aqueles que prestam serviços ao Ipeac — instituto conveniado com a Câmara e o Senado, o fazem na forma de freelancer, recebendo cerca de Cr\$ 2 mil por lauda, dependendo mais da envergadura do trabalho. Muitos profissionais renomados credenciados junto ao Instituto, entretanto, preferem nada cobrar quando convidados a elaborar «trabalhos de peso» para a entidade. Dentre estes, o físico José Goldemberg, o economista Dércio Munhoz, o professor Modesto Carvalhosa, Cesarino Júnior e muitos outros. Há, contudo, os que sobem diariamente ao 24º andar do edifício da Câmara, sede do Ipeac, para oferecer seus trabalhos ao órgão. Alguns chegam até a fazer ponto no local, aguardando a chegada de algum pedido parlamentar ou de consulta.

SITUAÇÃO

O Ipeac, criado pelo então deputado Franco Montoro em 1967, e hoje dirigido pelo deputado Paulo Maluf, demonstra ser hoje um dos mais movimentados mercados de assessores. No ano passado, dados do relatório da entidade demonstram que foram realizados 5.820 trabalhos em diversos níveis para deputados e senadores. Só na Câmara, o Ipeac atendeu a 4.661 pedidos, enquanto a Assessoria Legislativa dessa Casa, no mesmo período, elaborou 2.992 trabalhos para seus deputados. No mês passado, o Ipeac realizou 591 trabalhos para os deputados e 95 para o Senado, obedecendo à determinação de que não se pode atender a mais de 800 pedidos mensais de deputados. Por esses serviços, recebeu o Instituto no ano passado um repasse de recursos da Câmara e do Senado de cerca de 24 milhões de cruzeiros, ficando para a Câmara a maior parcela, por contar com um maior número de parlamentares.

Os deputados e senadores, no entanto, preferem não julgar quais as assessorias que prestam os melhores serviços. De um modo geral, parecem contentes com o que recebem, não deixando de registrar alguns problemas criados pela «anomalia estrutural» a que estão submetidos esses assessores. Muitos lembram o caso ocorrido com o ex-deputado cassado Marcos Tito (MDB-MG) que, em 1976, leu da tribuna um discurso preparado pelo Ipeac calcado em manifesto da *Voz Operária*, jornal clandestino do Partido Comunista. O então deputado Sinval Boaventura (Arena-MG) denunciou o fato, levando Marcos Tito a admitir que o seu pronunciamento tinha sido elaborado «por um assessor».

ESPECIALIDADES

Depois do tumulto, onde foi respeitado o sigilo de quem elabora os discursos e para quem, muitos parlamentares passaram a criticar o fato — até hoje não sanado —, de que as assessorias funcionam de tal maneira que o assessor se especializou na forma. Isto é, elabora projetos e discursos sobre qualquer assunto e emite pareceres às Comissões Técnicas sobre qualquer tema.

Lamentam, ainda, o fato de desenvolverem trabalhos sem nenhuma perspectiva política e muitas vezes sabidamente destinados ao arquivo, simplesmente porque alguns deputados estão mais interessados em «mostrar trabalho» aos seus eleitores que realmente luta ou apresenta propostas reais para soluções de problemas.

TRABALHO

O tempo destinado à elaboração desses trabalhos, entretanto, quase sempre compromete a qualidade. Assessores reclamam que às vezes recebem às 14 horas solicitação de um discurso para ser lido às 16 horas. «E nem sempre se trata de elogios ou críticas ao governador eleito de Pernambuco, Roberto Magalhães ou ao governador Leonel Brizola, onde podemos socorrer de recortes de jornais das Bibliotecas das Casas», argumentou um deles.

Há, entretanto, deputados e senadores que se prezam por iniciativas arrojadas e projetos bem embasados e elaborados, quase todos estes também elaborados por assessores. Muitos destes acabam adquirindo know how de tanto atender à pedidos de reforma global da Constituição, projeto sobre o voto distrital misto ou sobre mudanças na política econômica do governo.

Poucos são hoje, informam os assessores, os parlamentares que não utilizam os seus trabalhos, elaborando eles mesmos os seus discursos e pareceres.